

GRAMSCI E A LUTA DECOLONIAL DO SUL GLOBAL*

Gramsci and decolonial struggle by the Global South

Gramsci e la lucha decolonial del Sur Global

Thomas Muhr¹

RESUMO: Este artigo estabelece um diálogo entre Gramsci e o pensamento decolonial, identificando Gramsci como um anticolonialista e decolonialista do Sul Global. Tomando como referência o aforismo de Gramsci “o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’”, o artigo discute a “guerra de posição pluriescalar” da ALBA–TCP/ALBA Movimentos, que opera transversalmente em escalas geográficas subnacional, nacional, internacional, transnacional e supranacional na luta contra-hegemônica global. Seguindo a base empírica da guerra de posição pluriescalar, o artigo analisa o pensamento gramsciano na práxis política da Nossa América, centrando-se particularmente no povo enquanto sujeito histórico revolucionário. A conclusão argumenta imaginar um bloco histórico contra-hegemônico como um bloco do Sul Global e ressalta constrangimentos estruturais para a sua construção.

PALAVRAS-CHAVE: Contra-hegemonia. Decolonialidade. Revolução. Estratégia.

ABSTRACT: This article establishes dialogue between Gramsci and decolonial thought, identifying Gramsci as an anti- and decolonial Global Southerner. By reference to Gramsci’s adage that ‘the line of development is towards internationalism, but the point of departure is “national”’, the article discusses the ALBA–TCP/ALBA Movements “pluri-scalar war of position”, which operates across subnational, national, international, transnational and supranational geographical scales in global counter-hegemonic struggle. Following the empirical grounding of the pluriscalar war of position, the articles explores Gramscian thought in Our American political praxis, particularly *el pueblo* as the historical revolutionary subject. The conclusion argues for imagining a counter-hegemonic historical bloc as a Global South bloc while eliciting structural constraints to its construction.

KEYWORDS: Counter-hegemony. Decoloniality. Revolution. Strategy.

RESUMEN: Este artículo establece un diálogo entre Gramsci y el pensamiento decolonial, identificando a Gramsci como un anticolonialista y decolonialista del Sur Global. Haciendo referencia al adagio de Gramsci de que “el desarrollo va hacia el internacionalismo, pero el punto de partida es ‘nacional’”, el artículo analiza la “guerra de posición pluriescalar” del ALBA–TCP/ALBA Movimientos, que opera a través de escalas geográficas subnacionales, nacionales, internacionales, transnacionales y supranacionales en la lucha contrahegemónica global. Siguiendo la base empírica de la guerra de posición pluriscalar, el artículo explora el pensamiento gramsciano en la praxis política nuestraamericana, en particular el pueblo como sujeto histórico revolucionario. En la conclusión se aboga por imaginar un bloque histórico contrahegemónico como un bloque del Sur Global, al tiempo que se señalan restricciones estructurales para su construcción.

PALABRAS CLAVE: Contra-hegemonía. Decolonialidad. Revolución. Estrategia.

INTRODUÇÃO

Em abril de 2022, a Articulação Continental de Movimentos Sociais e Populares para a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) (*Articulación Continental de Movimientos Sociales y Populares hacia el ALBA*), ou abreviadamente a ALBA Movimentos (*ALBA Movimientos*), convocou a sua Terceira Assembleia Continental em Buenos Aires, Argentina, em que participaram mais de 300 delegados de 20 países (ALBA MOVIMIENTOS, 2022a). A não ser em círculos de campanhas de solidariedade, a ALBA Movimentos tem recebido pouca atenção, especialmente no Norte. Contudo, a ALBA Movimentos articula 400 movimentos e organizações populares de 25 países que estão “em luta pela integração da Nossa América e a construção de um projeto político emancipatório para e dos povos, que represente a riqueza e a diversidade da luta anticapitalista, anti-imperialista, anticolonial, antirracista, feminista e ecossocialista por um socialismo indo-afro nosso americano” (ALBA MOVIMIENTOS, 2022b, p. 6).²

Denunciando a “guerra híbrida” imperialista da OTAN e “o avanço da direita fascista” durante a década passada, a Declaração da Terceira Assembleia Continental da ALBA Movimentos reafirma a “defesa irrestrita” e a “consolidação de alianças com” os governos populares e revolucionários da Nossa América dentro da lógica de “a unidade na diversidade” (ALBA MOVIMIENTOS, 2022a). Uma demonstração desses compromissos foi a Cúpula dos Povos pela Democracia em Los Angeles, nos EUA, em junho de 2002, co-convocada pela ALBA Movimentos como um evento contraposto à imperialista 9ª Cúpula das Américas, da qual os EUA excluiu unilateralmente os governos democráticos socialistas de Cuba, Nicarágua e Venezuela.³

Este exemplo destacado da luta contra-hegemônica da Nossa América é emblemático da “guerra de posição pluriescalar”, incipientemente definida como uma “luta multidimensional por mentes e lugares estratégicos em e atravessando diferentes escalas [geográficas] simultaneamente interligadas na construção de um bloco histórico” (MUHR, 2013, p. 7). Este conceito evoluiu da minha pesquisa empírica entre 2005 e 2012 sobre a geopolítica da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA–TCP), que coincidiu com o crescente interesse acadêmico sobre a espacialidade na obra de Gramsci (ver EKERS E LOFTUS, 2013; JESSOP, 2008; MORTON, 2007). Começando a partir de uma comunidade situada num determinado lugar na Venezuela e estendendo-se empiricamente por outros lugares cada vez mais interconectados (na Nicarágua, em El Salvador e no norte do Brasil), a minha pesquisa desafiou a representação comum da ALBA–TCP como sendo simplesmente uma aliança de países ao identificar dialeticamente duas forças relacionadas: *a sociedade política interestadual* da ALBA–TCP, constituída por dez membros em 2024 (Bolívia, Cuba, Nicarágua, Venezuela e seis membros da Comunidade do Caribe, CARICOM); e *a sociedade transnacional organizada* através da ALBA Movimentos, que evoluiu desde 2013 como uma plataforma maior e mais autônoma do que o Conselho dos Movimentos Sociais da ALBA–TCP inicialmente previsto. Estruturalmente, o internacionalismo liderado pelo Estado (relações entre Estados-Nação) articula com o transnacionalismo baseado em movimentos (forças e relações transfronteiriças) via a Coordenação Política da ALBA Movimentos (ALBA MOVIMIENTOS, 2022b, p. 13).⁴

A concepção de guerra de posição pluriescalar como uma estratégia de espacialização contra-hegemônica é elaborada em outro lugar (MUHR, 2021). Este artigo contribui para estratégias de construção de alianças a partir de uma posição decolonial do Sul Global, em que se visa o (re-)desenvolvimento teórico (e não a solução de problemas) “com e desde uma perspectiva subalterna”

e não “sobre o subalterno” (GROSFOGUEL, 2007, p. 211, ênfase no original; MUHR, 2011, 2013, 2021, para metodologia). Nesse sentido, a seção seguinte relacionará a noção de guerra de posição de Gramsci e conceitos relacionados com ideias decoloniais e identificará Gramsci como um decolonialista do Sul Global: metodologicamente, inferindo a relevância do trabalho transnacional de Gramsci; e, politicamente, considerando o posicionamento anticolonial de Gramsci. Seguindo os fundamentos geográficos da guerra de posição pluriescalar, analisarei o pensamento gramsciano na práxis política da Nossa América, particularmente no que diz respeito ao povo enquanto o sujeito histórico revolucionário. Um esboço baseado na minha pesquisa empírica ilustrará a guerra de posição pluriescalar da ALBA–TCP/ALBA Movimentos. A conclusão reivindicará imaginar um bloco histórico contra-hegemônico como um *bloco do Sul Global*, anotando também barreiras estruturais para a sua construção. O que se discute no artigo abarca transversalmente os escritos de Gramsci pré-cárcere e os *Cadernos do Cárcere*. Contudo, as principais referências são as chamadas *Teses de Lyon* (de janeiro de 1926, em que Palmiro Togliatti foi coautor; GRAMSCI, 2004), *Alguns Temas da Questão Meridional* (de outubro de 1926; GRAMSCI, 1978a, p. 171–197, doravante a *Questão Meridional*) e o Caderno 25, *Às Margens da História* (*História dos Grupos Marginais Subalternos*) (1934; GRAMSCI, 2002a, p. 129–145).

GRAMSCI COMO UM DECOLONIALISTA DO SUL GLOBAL

PREMISSAS CONCEPTUAIS

Baseando-se na resistência anticolonial na Índia, Gramsci identificou três formas complementares de luta política: *guerra manobrada* (ou *guerra de movimento*) como “ataque frontal” ao Estado quando o poder de Estado está concentrado (p. ex., greves gerais); *guerra subterrânea*, i.e., o desenvolvimento clandestino de tropas de combate; e a *guerra de posição* como ação coletiva estratégica quando o poder do(s) grupo(s) dominante(s) é difuso no complexo Estado/sociedade ou “Estado Integral” (p. ex., boicotes) (Q1§§133–134; Q7§16; Q6§138; GRAMSCI, 2007a, p. 122–125, 255–256, 261–262). Para Gramsci, em sociedades capitalistas modernas, a guerra de posição constitui a única estratégia viável para ganhar o poder do Estado devido à hegemonia burguesa: um regime em que “um grupo social fundamental” (burguesia ou classe trabalhadora) constrói com sucesso o consenso ativo dos subalternos (ou “consenso ‘espontâneo’”) para a sua concepção do mundo, apoiado por poder coercitivo “que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’” (e, Gramsci prossegue, “que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”) (Q12§1; GRAMSCI, 2001, p. 20–21). A produção de consenso assenta em “intelectuais orgânicos”, que funcionam como persuasores ao propagarem determinadas ideias. Eles fornecem legitimação para a liderança econômica, política, cultural, moral e intelectual do grupo dominante, e a luta hegemônica envolve cada grupo social que tem ou forma os seus próprios intelectuais orgânicos (Q12; Q19§24; GRAMSCI, 2001, p. 14–53; 2002a, p. 62–86; MORTON, 2007, p. 92; GREEN, 2013, p. 97).

Estas premissas básicas requerem ainda mais explicação. Primeiro, a hegemonia é alcançada através da formação de um bloco histórico no Estado Integral. Por um lado, o “bloco histórico” de Gramsci supera a dicotomia de Marx de estrutura (relações de produção ou base econômica)/superestrutura (ideologia ou ética política) ao relacionar organicamente estas estruturas como uma totalidade social (Q8§182; GRAMSCI, 1999, p. 250–251). Portanto, um bloco histórico

não é simplesmente uma aliança, mas sim algo que coere estrategicamente diferentes interesses de classes e grupos sociais diversos (MORTON, 2007, p. 93–97). Por outro lado, “Estado Integral” significa a unidade dialética da sociedade política e da sociedade civil. Embora Gramsci mantenha esta distinção para fins metodológicos (Q4§38; Q6§137; Q13§§17–18; GRAMSCI, 2007a, p. 47, 254–255), *de fato* o aparelho do Estado está integrado com o que se costuma denominar “esfera privada”, isto é: instituições e práticas religiosas, educacionais e corporativas capitalistas, incluindo a organização material da cultura (a mídia e outra comunicação de massas), os partidos políticos, os sindicatos, as associações de profissionais, as chamadas “organizações sem fins lucrativos” e as organizações não governamentais (ONG), assim como entidades intergovernamentais, a família e identidades de gênero, orientação sexual, linguísticas e étnicas (EGAN, 2016, p. 437; HALL, 1986, p. 18; MORTON, 2007, p. 89). Apesar de os “portadores materiais” da sociedade civil serem *relativamente* autônomos das instituições estatais, não são esferas de forças *absolutamente* separadas e opostas como a ideologia liberal alega (COUTINHO, 2000, p. 24–25).

Segundo, na perspectiva da guerra de posição como estratégia para a transformação orgânica, a guerra manobrada assume uma função mais tática (conjuntural) (EGAN, 2016, p. 449; Q13§24; GRAMSCI, 2007a, p. 72). Isso implica – tal como a ALBA–TCP/ALBA Movimentos exemplifica – que a guerra de posição tem de operar não só na esfera cultural (sociedade civil), como por vezes se assume, mas também dentro/através do Estado Integral. E, terceiro, a categoria de “subalternos” de Gramsci transcende o reducionismo classista de Marx, pois contempla também as não classes, que nas sociedades contemporâneas incluem: trabalhadores e empregados (nos setores rurais, industriais, público e de serviços, informalmente contratados, *freelancers*), camponeses, estudantes, artistas, sem-terra, sem-teto, pedintes, assim como mulheres, grupos discriminados racialmente e sexualmente e outros grupos do chamado “público geral” (BURGOS, 2019; GALASTRI, 2018). Embora incluídos no Estado Integral, as classes e grupos sociais subalternos estão confinados a relações da sociedade civil, isto é, excluídos da sociedade política, em que as classes governantes se unem e de onde a hegemonia e o contínuo fraturamento dos grupos subalternos se orquestra (THOMAS, 2020, p. 188; ver Q25§5; GRAMSCI, 2002a, p. 129–145).

Unir os subalternos e formar o sujeito histórico é um momento chave em/para a formação de um bloco histórico contra-hegemônico. Trata-se de um processo de “desubalternização” (FREELAND, 2020), em que os subalternos elaboram sua “própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica” (Q11§12; GRAMSCI, 1999, p. 93–94), que leva a “uma reforma intelectual e moral” (uma mudança de ideias e valores fundamentais) na “formação de uma vontade coletiva nacional-popular” (Q13§1; GRAMSCI, 2007a, p. 18). São indispensáveis intelectuais orgânicos subalternos no processo de construir unidade, coesão e direção, assim como para autorrepresentação com a finalidade de contrapor a representação deturpada (e divisora) dos subalternos feita pelas classes dominantes (GALASTRI, 2018, p. 57; THOMAS, 2020, p. 183–184). O partido político (ou a sua formação) é necessário para articular os diversos grupos e conseguir uma transformação orgânica sustentável (Q13§1; GRAMSCI, 2007a, p. 16). No que concerne a liderança, nos escritos pré-cárcere de Gramsci de 1921–1926, Gramsci defende uma aliança da classe operária/agrária liderada pelo proletariado industrial no âmbito da abordagem de frente unida (GRAMSCI, 1978b). Contudo, posteriormente, nos *Cadernos*, Gramsci sugere que qualquer grupo social subalterno poderá assumir a liderança (Q19§24; GRAMSCI, 2002a, p. 62–86). É certo que em todos os escritos de Gramsci prevalece a concepção abrangente de subalternos como sendo a totalidade de classes e grupos sociais marginalizados, incluindo o proletariado e o campesinato,

especialmente no Caderno 25 sobre este tema. Mas, sobre isso, Gramsci também referiu “Estados subalternos” (Q15§5; GRAMSCI, 2007b, p. 320) e (pelo menos uma vez) indivíduos, sem perder de vista o fato de que essas subjetividades são produzidas em relação à estrutura (classe) econômica (LIGUORI EM BURGOS, 2019, p. 207–208; YOUNG, 2012, p. 30–31). Em antecipação às seções seguintes, proponho compreender a subalternidade no enquadramento do regime colonial-capitalista global como se expressando numa variedade de escalas: desde o corpo, a casa e outras escalas subnacionais até escalas nacionais, internacionais, transnacionais e globais.

GRAMSCI, PENSAMENTO DECOLONIAL E O SUL GLOBAL

Tão antigo como a própria colonização, o pensamento decolonial hoje em dia é amplamente associado à noção de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2000, 2007). A dialética “modernidade/colonialidade” decolonial sublinha que a modernidade depende da reprodução contínua da colonialidade (MIGNOLO, 2007). Isso desmantela o naturalizado mito eurocêntrico de difusionismo⁵ em que a outrificação orientalista e o construto de identidades de superioridade/inferioridade assentam: racional/irracional, civilizado/bárbaro, moderno/tradicional, progressista/retrógrada, democratas/autocratas; em permanente renovação, como em 2022, com o estereótipo racista de “jardim” (Europa)/“selva” (o Resto) de Josep Borrell, Alto Representante da União Europeia para Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (NORTON, 2022; também, MORTON, 2007, p. 49–50; MUHR, 2023; QUIJANO, 2007). Não obstante a existência formalmente reconhecida de independência territorial, nacional e político-jurídica, “o regime de ‘colonialidade global’” (GROSFOGUEL, 2007, p. 220) é perpetuado através de estruturas de governança, culturas e atores em múltiplas escalas, incluindo Estados e governos, instituições (por ex.: o FMI, a OTAN, o Banco Mundial), corporações trans-/multinacionais (incluindo conglomerados de mídia), e outros agentes de poder (GROSFOGUEL, 2007, p. 220). Para Mignolo (2007, p. 453), a decolonidade requer desconexão, o que implica um “deslocamento epistêmico” que dá prominência a “outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão e, conseqüentemente, a outra economia, a outras políticas, outras éticas”.

O movimento decolonial não é uma só escola teórica, mas sim um agrupar de diversas – e por vezes antagônicas – correntes culturais, filosóficas, políticas e epistemológicas (MALDONADO-TORRES, 2011; NDLOVU-GATSHENI, 2018, especialmente, p. 49–53). Tem referentes compartilhados: a interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de opressões, explorações e exclusões estruturais – classistas, epistêmicas, de gênero, geográficas, linguísticas, patriarcais, político-militares, raciais, sexuais e espirituais – que foram estabelecidas ao longo de 500 anos de colonização europeia modernista-capitalista; e a disputa das mesmas por meio de emancipação e libertação de uma perspectiva subalterna, em que a justiça global é a força impulsionadora (GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2007; NDLOVU-GATSHENI, 2018). Aqui o objetivo não é revisitar as controversas apropriações de Gramsci pela corrente de pensamento “Estudos Subalternos”.⁶ O que pretendo é, em resposta ao enquadramento ocasional de Gramsci como ocidental/eurocêntrico na literatura decolonial, (e.g., GROSFOGUEL, 2007, p. 211–212; NDLOVU-GATSHENI, 2018, p. 14), argumentar em favor de uma compreensão de Gramsci como um anticolonialista e decolonialista do Sul Global. A minha argumentação baseia-se nas seguintes considerações preliminares. Em primeiro lugar, o historicismo não determinista de Gramsci já captura a subalternidade como interseccionalidade, ao abordar processos sociais discretos e relações de raça, classe, gênero, religião, nacionalismo e colonialismo relativos ao conjunto de estruturas

sociais, políticas, econômicas, culturais e geográficas mais amplas (GREEN, 2011, p. 400; 2013, p. 97–98; também, ETERS E LOFTUS, 2013, p. 15; FREELAND, 2020, p. 198; HALL, 1986; THOMAS, 2020, p. 190–191). Em segundo lugar, a concepção gramsciana de hegemonia é frequentemente adotada na literatura decolonial, embora muitas vezes isso não seja explicitado (por ex., GROSGOUEL, 2007, p. 213; MALDONADO-TORRES, 2011, p. 9; MIGNOLO, 2021; QUIJANO, 2000). Enquanto a “heterogeneidade histórico-estrutural” decolonial (QUIJANO, 2000, p. 545) é destacada como superando a divisão de estrutura/superestrutura de Marx (GROSGOUEL, 2007, p. 218), a forte congruência com o bloco hegemônico/histórico de Gramsci é menos reconhecida (também, SILVA; LIMA; MARQUE, 2021). Talvez mais próximo do pensamento de Gramsci, Quijano (2000) teoriza o sistema “globalmente hegemônico” da colonialidade em torno da dialética do trabalho e do racismo como a base material e ideológica do capital/capitalismo. Em terceiro lugar, mais do que um denominador estritamente geográfico, o “Sul global” é um conceito-metáfora político que expressa duas espacialidades distintas, mas complementares. Desde uma abordagem centrada no Estado-Nação, metodologicamente nacionalista/territorial, em que os países aparecem como espaços homogêneos absolutos (unidades fixas e delimitadas, ou “contentores” de sociedades e ação social), o *Sul global* (ou apenas o “Sul”) refere-se a países anteriormente colonizados nos continentes africano, asiático e americano, assim como a países sujeitos a colonialidade (por ex., a China e a Rússia; ver MIGNOLO, 2021). A uma escala internacional, este binário Sul–Norte claramente demarcado em termos espaciais se manifesta em formações como a ALBA–TCP e a OTAN. Contudo, em estudos críticos e decoloniais, o *Sul Global* (normalmente escrito com iniciais maiúsculas, por ex., BERGER, 2021; GROSGOUEL, 2007) é conceptualizado também como um espaço relacional transnacional produzido por/através de experiências históricas compartilhadas de exploração colonial-capitalista, subalternização e resistências de pessoas e de lugares: “o Sul globalizado” que coexiste com “o Norte globalizado” dentro de e atravessando múltiplos territórios de Estados-Nação (países) quer no norte, quer no sul geográficos (MUHR, 2016a, p. 638; MUHR, 2023, p. 349). Em contrapartida, o Norte Global, que, por exemplo, a classe capitalista transnacional incorpora, envolve também agentes nos países do Sul (especialmente, elites e pequenas burguesias ocidentalizadas), alinhados com ou submissos a forças colonizadoras/imperialistas (MALDONADO-TORRES, 2011; MIGNOLO, 2021, p. 732–733). Enquanto o nacionalismo metodológico sustenta a abordagem comparativa (inerentemente eurocêntrica), a abordagem relacional ressalta a co-constituição dialética de Norte Global–Sul Global como uma estrutura espacial histórica em que o Sul Global não é um recipiente passivo ou uma vítima, mas sim um ator por si mesmo (BERGER, 2021; MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2007). Relações Sul–Sul intranacionais, internacionais e transnacionais alicerçadas em solidariedade e resistência podem contribuir para construir uma identidade decolonial *positiva* de Sul Global, superando a imposta identidade negativa derivada da outrificação colonial (FEATHERSTONE, 2013, p. 69; QUIJANO, 2000, p. 551). Contudo, empiricamente, devido a trajetórias, histórias e identidades diversas e divergentes, o “Sul Global” escapa a uma definição clara e inequívoca” (BERGER, 2021, p. 2012). Portanto, doravante, usarei “Sul Global” e “Norte Global” para me referir a projetos, processos e relações quer internacionalistas, quer transnacionalistas, uma vez que eles são sócio-espacialmente entrelaçados e/ou mutuamente constitutivos. Por exemplo, tal como no Estado Integral de Gramsci, podemos constatar a inextricabilidade dos Estados imperialistas/classe capitalista transnacional por um lado, e da articulação da ALBA–TCP/ALBA Movimentos por outro lado.

Visto de esta forma, ser do Sul Global é mais uma questão de posicionalidade do que de lugar geográfico. Na verdade, determinar o que é “decolonial” utilizando categorias essencialistas como nacionalidade, cor de pele ou país de residência/de trabalho/de publicação (por meio das quais Gramsci é inevitavelmente interpretado como sendo ocidental/eurocêntrico) é considerado paroquial e contraprodutivo (BRENNAN, 2013; BURGOS, 2021; ROSENTHAL, 2022). Em vez de reproduzir ou inverter binários modernistas colocando conhecimentos ocidentais em oposição a conhecimentos não ocidentais, uma abordagem mais produtiva persegue o “diálogo crítico” entre “diversos projetos epistêmicos/éticos/políticos críticos” (GROSFOGUEL, 2007, p. 212). Afinal de contas, a tarefa é unificar “culturas antagônicas” e construir um “terreno comum” em redor de um “projeto ético-político” de ecossocialismo democrático (CARROLL E RATNER, 2010, p. 20). Eu argumento que interligar Gramsci, pensamento decolonial e o Sul Global em termos metodológicos e identitários pode contribuir para realizar essa tarefa. De fato, alguns estudos reconhecem Gramsci como sendo do Sul, um pensador da periferia (CONELLI, 2020, p. 234; YOUNG, 2012, p. 18), e até mesmo um “latino-americano” (MASSARDO, 1999) e “um cidadão brasileiro” (COUTINHO, 2009, p. 43). E existe um diálogo construtivo que tem vindo a se materializar: Carmine Conelli, partindo *inter alia* de Quijano, propõe “reposicionar” a *Questão Meridional* de Gramsci através de “diálogo com outros *Suis...* no quadro dos *suis globais*” (CONELLI, 2020, p. 247, ênfase no original); Bala Kumaravadivelu encoraja professores subalternos de Inglês, cujo idioma nativo não é o inglês, a se tornarem intelectuais orgânicos na desconexão decolonial, como se numa guerra de posição, como uma possível estratégia contra-hegemônica baseada em ação coletiva concertada situada num lugar distinto e contextualmente específica (KUMARAVADIVELU, 2016, p. 81); e a leitura de Cesare de Casarino de Pier Paolo Pasolini, que o leva a afirmar que Pasolini já antes da Conferência de Bandung em 1955 (geralmente considerada um momento chave na descolonização – ver MUHR, 2023) compreendeu que a *Questão Meridional* de Gramsci tinha de ser colocada em relação “a lutas políticas do Sul global” e “em termos transnacionais... a uma escala inteiramente planetária” (CASARINO, 2010, p. 682). Por acréscimo, as duas subseções que se seguem discutirão Gramsci como um decolonialista do Sul Global em termos metodológicos e políticos.

GRAMSCI COMO UM DECOLONIALISTA DO SUL GLOBAL: O METODOLÓGICO

A base do argumento metodológico é o aforismo de Gramsci: “Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’, e é deste ponto de partida que se deve partir... Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser” (Q14§68; GRAMSCI, 2007a, p. 314). Nessa mesma passagem, Gramsci distingue claramente combinações de relações e forças nacionais “internas” de combinações internacionais. Por um lado, isso sugere uma estratégia sequencial em que a formação de um bloco hegemônico nacional iria (teria de) preceder a internacionalização. Por outro lado, o uso duplicado de “mas” (também no original em italiano) comunica incerteza, como se Gramsci procurasse “sustentar ambas as premissas simultaneamente” (DAL MASO, 2016). A resposta a esta ambiguidade e a qualquer inapropriadamente presumido nacionalismo metodológico e centrismo no Estado-Nação assenta na espacialidade na obra de Gramsci (FEATHERSTONE, 2013; IVES E SHORT, 2013; JESSOP, 2008, p. 101–117; LOFTUS, 2020; MORTON, 2007, p. 69–73). Para os meus objetivos aqui, evoco dois aspectos inter-relacionados: o transnacional enquanto relação espacial e escala de ação; e o método relacional de Gramsci.

Fundamentalmente, Gramsci analisou a formação do Estado-Nação italiano em relação a processos, relações e forças “internacionais”:

Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas...Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus. (Q13§17; GRAMSCI, 2007a, p. 42).

Apesar de aderência ao “internacional”, na verdade, aqui, Gramsci refere-se a atores e forças da elite *transnacional* em, atravessando e produzindo diferentes escalas (“em todos os graus”) em processos colonizadores: organizações religiosas, a maçonaria, o Rotary Club e corpos diplomáticos (Q12§1; Q13§17; GRAMSCI, 2001, p. 27; 2007a, p. 42). Existe um amplo consenso quanto às análises transnacionais de instituições da sociedade civil serem um elemento transversal em toda a obra de Gramsci. São análises que diferenciam e, ao mesmo tempo, relacionam as suas distintas manifestações nacionais em múltiplas temporalidades estruturais e conjunturais e modalidades espaciais (território, lugar, espaço, escala, rede) (AMUSQUIVAR, 2019; 2024; IVES E SHORT, 2013; JESSOP, 2008; KIPFER E HART, 2013; LOFTUS, 2020; MORTON, 2007, p. 99–102). Desde uma perspectiva contra-hegemônica, os escritos de Gramsci sobre internacionalismo e cosmopolitismo demonstram que “geografias subalternas de conexão” (translocal, transregional, transnacional) impelem a (trans)formação relacional de solidariedades e identidades subalternas, e de vontades políticas coletivas (FEATHERSTONE, 2013, p. 67–68, 79).

Os textos *Teses de Lyon* e *Questão Meridional* são referências chave para exemplificar a abordagem relacional de Gramsci. Neles, análises de relações Norte–Sul (industrial/feudal) e de divisões cidade-campo (proletariado/camposinato) dentro da Itália se entrelaçam com análises de fluxos transnacionais-globais de migrantes e remessas (dos EUA) e de fragmentações internacionais entre metrópole e periferia na Europa, como manifestações dialeticamente constituídas de desenvolvimento geográfico desigual (AMUSQUIVAR, 2019; FEATHERSTONE, 2013; JESSOP, 2008, p. 101–117; MORTON, 2007, p. 59–63). Iluminando a formação de alianças elitistas translocais, transregionais e transnacionais, por meio das quais “as populações trabalhadoras do Sul são levadas a uma situação análoga à que sofrem as populações coloniais” (GRAMSCI, 2004, p. 13), esta análise (de classe) desafia a perspectiva metodológica nacionalista de Estado “contentor” e sua assunção de homogeneidade social. O método relacional também serviu a Gramsci para revelar a co-constituição do Leste–Oeste (que se discute de forma mais aprofundada em seguida), bem como para antever o que mais tarde se veio a conhecer como teoria da dependência, análise dos sistemas mundiais, Orientalismo, e a concepção de Sul Global acima esboçada – tudo contribuições teóricas que informam o pensamento decolonial (MALDONADO-TORRES, 2011; MIGNOLO, 2007; 2021; NDLOVU-GATSHENI, 2018). O reconhecimento da co-constituição de Leste–Oeste/Norte–Sul torna o método relacional um método decolonial que rompe com a ideia eurocêntrica, difusionista-linear de desenvolvimento histórico (MORTON, 2007, p. 49–50, 70–72; também, AMUSQUIVAR, 2019; KIPFER E HART, 2013, p. 335). Nesta linha, Stuart Hall, talvez um dos primeiros a desafiar a percepção de Gramsci como um eurocêntrico, argumentou que o método relacional fornece ferramentas essenciais para pensar sobre “fenômenos sociais racialmente estruturados” em/para

“lutas descolonizadoras” multiescalares (HALL, 1986, p. 16, 27). O método relacional permite, acrescenta Peter Mayo, “desmascarar mitos” por meio da geração de conhecimentos que abalam o senso comum hegemônico (MAYO, 2014, p. 393).

GRAMSCI COMO UM DECOLONIALISTA DO SUL GLOBAL: O POLÍTICO

A posicionalidade de Gramsci em relação ao colonialismo é vista como ambígua devido à sua reprodução bastante acrítica do “projeto cultural de assimilação” modernista (SLATER, 2004, p. 160). De fato, a linguagem de Gramsci exibe outrificação eurocêntrica quando ele contrapõe “atrasado” (colônias, povos colonizados, periferia europeia, sul italiano) com “civilizado” (por ex., Q1§149; Q12§1; Q19§6; GRAMSCI, 1977a, p. 13; 2001, p. 15–42; 2002a, p. 43); contrasta o inglês como “língua culta” com “dialetos” africanos (Q12§1; GRAMSCI, 2001, p. 30); e expressa a sua “fé idealista” geral (CASARINO, 2010, p. 692) na ideologia modernista de “progresso” e “civilização” (por ex., “o progresso real da civilização”, Q11§48; GRAMSCI, 1999, p. 187).⁷ De modo semelhante, nos seus escritos pré-cárcere, podemos observar um tratamento condescendente do camponês – por exemplo, o camponês como “incapaz de pensar-se a si próprio como membro de uma colectividade [sic]... e de desenvolver uma acção [sic] sistemática e permanente” (GRAMSCI, 1977a, p. 14) – que pode ser entendido como uma reprodução de colonização interna. E, apesar do vasto engajamento de Gramsci com o mundo não ocidental, incluindo a sua função no Secretariado Latino-Americano da Comintern (Terceira Internacional Comunista, formada em 1919) (YOUNG, 2012, p. 21), foram notadas ausências relativamente à Revolução Haitiana de 1791–1804 (a única revolução de escravos bem-sucedida no mundo e o exemplo mais importante de desubalternização) e à descolonização da Nossa América em geral (KIPFER E HART, 2013, p. 335).

Estas limitações, contudo, não podem minar a solidariedade de Gramsci com lutas anticoloniais, enraizada na sua juventude vivida no sul de Itália colonizado (Sardenha). Gramsci foi um “internacionalista”. Ele foi o delegado italiano nos congressos da Comintern entre 1922 e 1924 (CASTILLO, 2000; YOUNG, 2012), e as campanhas anti-imperialistas iniciadas por ativistas e intelectuais comunistas na Europa, nos anos de 1920/1930, sem dúvida, influenciaram a sua forma de pensar (BRENNAN, 2013, p. 71). No contexto de consecutivos Congressos Pan-Africanos, entre 1919 e 1927, *inter alia* em Paris, Londres e Nova Iorque, a *Tese sobre a Questão Negra* da Comintern, esboçada pela primeira vez em 1922, salientou a centralidade da colonização para a acumulação capitalista, associando classe com raça, apesar de a articulação prevista entre lutas decoloniais nas periferias e as lutas da classe trabalhadora nas metrópoles nunca se ter materializado (JUDY, 2020, p. 168–169). Embora a colonização seja um tema transversal nos cadernos de Gramsci, o seu firme posicionamento anticolonial é particularmente explícito nos seus escritos políticos. Em *The War in the Colonies* (A Guerra nas Colônias) (1919), por exemplo, Gramsci equipara as lutas de libertação à “luta de classe dos povos de cor contra os seus exploradores e assassinos brancos” quando louva a recriação de “[t]ecidos conetivos... para voltar a unir povos que a dominação europeia pareceu separar de uma vez por todas” (GRAMSCI, 1977b, p. 60; também, p. 70, 301, 302). Isto é efetivamente apelar para a unificação do Sul Global.

Concomitantemente, Gramsci revela como política e método são inextricáveis: ao expor que Norte-Sul e Leste-Oeste são construídos relacionalmente a partir de uma perspectiva eurocêntrica, “já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente leste e oeste” (Q11§20; GRAMSCI, 1999, p. 137; também, AMUSQUIVAR, 2019); e ao desnaturalizar o determinismo biológico – o construto racista do Outro supostamente biologicamente inferior,

deficiente ou anormal (GREEN, 2011). Já em *Questão Meridional*, Gramsci explica que, com a justificação da “ciência” (i.e., a ciência positivista dos intelectuais orgânicos burgueses), os subalternos são estereotipados como sendo inatos “poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros” (GRAMSCI, 1978a, p. 175; também, Q25§1; GRAMSCI 2002a, p. 131). Essa representação deturpada não só ofusca a produção estrutural-relacional da pobreza (Q19§24; GRAMSCI, 2002a, p. 73–74), como também serve a invalidação e despolitização de movimentos políticos contra-hegemônicos (GREEN, 2011, p. 397). A difamação elitista-racista do atual movimento revolucionário bolivariano da Venezuela como um movimento irracional e de “bandos” manipulados (CANNON, 2008, p. 742; também, MUHR, 2013), por exemplo, sublinha a relevância contínua da análise de Gramsci. Em suma, Gramsci e o pensamento decolonial têm em comum dois argumentos metodológicos e políticos importantes: 1) que a colonialidade do poder gerou “uma relação de biologicamente e estruturalmente superior e inferior” (QUIJANO, 2007, p. 171); e, 2); e que a libertação poderá requerer desconexão: “Libertando-se a si mesmas da exploração capitalista, as populações coloniais privariam os burgueses industriais europeus das matérias-primas e dos produtos alimentares, e demoliriam os centros de civilização que duram desde a queda do Império Romano até aos dias de hoje” (GRAMSCI, 1977b, p. 303).

GRAMSCI NA NOSSA AMÉRICA

Presume-se que a primeira menção de Gramsci na Nossa América foi num artigo de jornal datado de 1921, escrito pelo peruano marxista José Carlos Mariátegui quando estava exilado na Itália, onde frequentou o ambiente de Gramsci (MASSARDO, 1999). As afinidades intelectuais entre Gramsci e Mariátegui têm gerado um vasto debate sobre até que ponto Gramsci influenciou o pensamento de Mariátegui sobre o “socialismo indo-americano” (BECKER, 1993; FRIGGERI, 2022). Por exemplo, tal como Gramsci, Mariátegui viu a cultura como uma força mediadora no entrelaçamento dialético de estrutura/superestrutura (MUNCK, 2022, p. 19), e ambos eram conscientes do mito e da paixão como elementos unificadores e mobilizadores (FRIGGERI, 2022; SLATER, 2004, p. 159; ver Q13§1; GRAMSCI, 2007a, p. 13–19). Politicamente, Mariátegui, que Quijano (2000, p. 573) considera ser “o primeiro a começar a ver” a colonialidade do poder global, também advogou a desconexão: “Só rompendo com a metrópole, a Nossa América começará a descobrir a sua personalidade e a criar o seu próprio destino” (MARIÁTEGUI CITADO EM MUNCK, 2022, p. 19). A probabilidade de Mariátegui estar ao corrente dos escritos pré-cárcere de Gramsci (certamente até 1923, quando regressou ao Peru) é muito grande, mas com respeito aos *Cadernos do Cárcere* é ínfima, já que eles só ficaram disponíveis muito depois de 1930, ano em que Mariátegui morreu.

A “Nossa Americanização” de Gramsci começou na Argentina, onde as suas *Cartas do Cárcere* foram publicadas em castelhano em 1950 e, a partir de 1958, se começou a traduzir e a publicar mundialmente os *Cadernos* (MASSARDO, 1999). Desde os anos 1960, o conceito gramsciano de “guerra de posição” mudou as lutas socialistas da Nossa América ao possibilitar a compreensão de revolução como um processo social multidimensional, como “rupturas anticapitalistas sucessivas e contínuas”, por meio das quais/em que os sujeitos sociais são reconstruídos ou se reconstroem a si mesmos (BURGOS, 2002, p. 16–17). Isto nunca foi um mero exercício teórico – foi diálogo entre teoria e as especificidades das diversas realidades sociais e praxes políticas da Nossa América (BURGOS, 2021; COUTINHO, 2009; CUPPI, 2020, p. 413;

SILVA; LIMA; MARQUE, 2021). Por exemplo, a Revolução Cubana publicou Gramsci a partir de 1965, e, apesar da destituição da obra dele durante o período “dogmático” marxista-leninista (1971–1985/1986), Gramsci posteriormente informou a “rearticulação da hegemonia socialista” e a construção da “sociedade civil socialista” (ACANDA GONZÁLEZ, 2000, p. 119, 124, ênfase no original) Gramsci foi publicado no Chile durante a malograda revolução da Unidad Popular (1970–1973), e o seu pensamento orientou de forma crucial as políticas revolucionárias da Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) na Nicarágua, da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) em El Salvador, e do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil (BECKER, 1993; BURGOS, 2002; COUTINHO, 2009; CUPPI, 2020). A revolução em curso na Bolívia recorre a Gramsci, o que é manifesto *inter alia* na obra do ex-Vice-Presidente Álvaro García Linera (BURGOS, 2019; FRIGGERI, 2022, p. 59n10). Gramsci aparece também, proeminentemente, na Revolução Bolivariana da Venezuela, notavelmente, porque o Comandante Hugo Chávez leu Gramsci quando esteve preso entre 1992 e 1994 (MUHR, 2011, p. 89). Num dos seus discursos, que, enquanto eventos de educação de massas, serviam sempre o propósito de reforma intelectual e moral, Chávez expôs os conceitos de “crise orgânica”, “hegemonia” e “sociedade política”/“sociedade civil”, o papel dos “intelectuais orgânicos”, e a tarefa contínua de formar o novo “bloco histórico” (CHÁVEZ, 2007). Tendo tudo isto em conta, a subseção que se segue examina a (re)conceptualização do povo como o sujeito histórico revolucionário da Nossa América.

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

O slogan “O povo unido jamais será vencido” é atribuído ao político colombiano Jorge Eliécer Gaitán, assassinado em 1948. Entrou na cultura popular da Nossa América via a canção intitulada *El pueblo unido jamás será vencido*, composta em 1973 em apoio à revolução socialista no Chile (THE BETTER NEWS, 2019). É um slogan que capta a renovação do marxismo da Nossa América relativamente a preocupações estratégicas com a unidade e quem poderá ou deverá ser o sujeito histórico revolucionário. Este processo articulou o pensamento de Mariátegui com conceitos gramscianos, a par de outras correntes teórico-políticas, especialmente a teologia da libertação, a filosofia da libertação de Enrique Dussel, e ramos da teoria da dependência (BURGOS, 2019, p. 202). Para Mariátegui, uma questão fundamental era: “O que é ‘o proletariado’ num país sem um proletariado?” (PARIS CITADO EM BECKER, 1993, p. 41). Ao passo que Mariátegui “localiza o *sujeito* do socialismo peruano na própria *comunidade* dos povos originais” (BURGOS, 2021, p. 33, *itálico no original*; também FRIGGERI, 2022), o conceito de “subalterno” de Gramsci acrescenta a ideia de suplantar o determinismo de classe (FREELAND, 2020, p. 199–200; GALASTRI, 2018, p. 48; SLATER, 2004, p. 158). A equiparação de “subalternos” ao povo, no entanto, já consta na obra de Gramsci. Como Burgos meticulosamente demonstra, ao longo dos *Cadernos*, Gramsci usou “grupos/classes subalternas” como sinônimos de “massas populares”, “classes populares” e “multidões” – “o povo” como o “conjunto das classes subalternas” (BURGOS, 2019, p. 211; também, Q27§1; GRAMSCI, 2002b, p. 133–136; CIAVOLELLA, 2020). Paralelamente, foi feita referência a “bloco popular” (FMLN CITADA EM BURGOS, 2002, p. 25), a “bloco bolivariano popular” (CHÁVEZ CITADO EM MUHR, 2011, p. 89), a “hegemonia popular” (GONZÁLEZ CASANOVA CITADO EM BURGOS, 2019, p. 216; SLATER, 2004, p. 159), e ao “povo sujeito” (PARTIDO COMUNISTA DA ARGENTINA CITADO EM BURGOS, 2002, p. 32). A asserção de Gramsci que “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não se podem unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’” (Q25§5; GRAMSCI, 2002a, p. 139) subjaz a afirmação do Presidente

Comandante nicaraguano Daniel Ortega “que o povo se converta no Estado” (ORTEGA, 2008), assim como o mote revolucionário “O povo é Presidente” (*El Pueblo Presidente*) do atual governo da FSLN (ver SEFTON, 2022). No discurso de Chávez acima citado, o povo inclui os estudantes, as mulheres, os trabalhadores, os jovens, os camponeses, os pretos, os brancos, os indígenas, os artistas, os empreendedores e os intelectuais, socialmente organizados em, por exemplo, cooperativas e conselhos comunitários; a sua unidade – a “unidade de todas as correntes revolucionárias” – é a pré-condição para a “vitória” (CHÁVEZ, 2007).

As experiências revolucionárias da Nossa América desde os anos 1960/1970 demonstram que a construção de novas vontades coletivas nacionais-populares por meio de reforma intelectual e moral é possível quando se entrelaça justiça (em suas múltiplas dimensões), solidariedade, anti-imperialismo e mito (interpretado como “paixão coletiva”, “tradição popular”, ou “folclore”) (BURGOS, 2019; CIAVOLELLA, 2020; FRIGGERI, 2022; SLATER, 2004, p. 159). Na ALBA–TCP/ALBA Movimentos, a construção de mitos integra as resistências anticoloniais indígenas e as lutas de libertação nacionalista dos passados 500 anos com histórias sociais pré-hispânicas e espiritualidade afro-índia (MUHR, 2013). As seguintes observações semiconclusivas enquadram as subsequentes ilustrações da guerra de posição pluriescalar. Primeira observação: unificar é inseparável de mobilizar o povo no/para o exercício do poder popular. Segunda, tal como Gramsci insistiu em *The Development of the Revolution* (O Desenvolvimento da Revolução) (1919; GRAMSCI, 1977b, p. 89–93), a organização de base, em vez de se restringir ao local de trabalho (comitês de operários e de camponeses), tem de abranger a multidimensionalidade da vida social, tal como acontece nos Conselhos Comunitários na Venezuela, nas Assembleias de Poder Popular em Cuba e nos Conselhos de Poder dos Cidadãos na Nicarágua (BELL, 2017; MUHR, 2013). Terceira, qualquer grupo subalterno, tal como as massas indígenas na revolução da Bolívia de hoje em dia, pode ser um grupo social fundamental na tomada da liderança (BURGOS, 2019). Quarta, a agenda decolonial ecossocialista da ALBA–TCP/ALBA Movimentos defende as tradições e conhecimentos dos povos “originais”, especialmente o *buen vivir* (“o bem viver”) (BELL, 2017; BURGOS, 2021). Quinta, a simultaneidade é decisiva: “o avanço dos planos revolucionários em todas as frentes de batalha, no econômico, no social, no político, no territorial, no internacional, no moral” (CHÁVEZ, 2007). E, sexta e última observação, ao contrapor o povo com quer a(s) burguesia(s) a nível nacional, quer a “elite mundial” (i.e., a classe capitalista transnacional), Chávez (2007) inerentemente reconheceu a necessidade de transnacionalizar o povo num sentido de Sul Global.

A GUERRA DE POSIÇÃO PLURIESCALAR

A guerra de posição pluriescalar contra-hegemônica da ALBA–TCP/ALBA Movimentos articula estrategicamente atores e forças sociais e políticas em todo o complexo Estado/sociedade. Neste processo, fluxos, processos, “coisas” (ideias, mercadorias) situados e pessoas associadas com a política e projetos de cooperação Sul–Sul da ALBA–TCP/ALBA Movimentos interconectam distintos lugares e os transformam na (re)constituição do espaço-escala (para discussões conceptuais de base, ver MUHR, 2021). Na minha pesquisa, isto inclui: escalas internacionais e escalas regionais supranacionais, como o Banco del ALBA e o projeto de literacia e pós-literacia da ALBA–TCP; escalas nacionais, incluindo ministérios e coordenações de “missões”, que transcendem programas assistencialistas ao impulsionar a transformação estrutural por meio de organização subalterna e reforma intelectual e moral (MUHR, 2011, p. 123–127; 2013; cf. Q13§1; GRAMSCI, 2007a, p. 18–19); escalas regionais subnacionais e municipais, notavelmente, a Universidade Bolivariana da

Venezuela (UBV), que opera via sedes regionais e em mais de 1300 *aldeas* (centros) em todos os 355 municípios do país; escalas locais, incluindo o bairro popular Barrio Cruz Verde, no Coro, na Venezuela, e o ponto de literacia *¡Yo, Sí Puedo!* (Sim, eu consigo!), em São Carlos, na Nicarágua; uma escala transnacional na fronteira entre o Brasil e a Venezuela denominada “Regime Especial Fronteiriço” (MUHR, 2016b); e outras escalas transnacionais, *inter alia* materializadas como no caso da sede da *ALBA Petróleos* e os centros de oftalmologia da *Misión Milagro* (Missão Milagre), que foram estabelecidos entre os governos venezuelanos e cubanos e as prefeituras governadas pela FMLN em El Salvador e pela FSLN na Nicarágua (antes da Nicarágua se tornar membro da ALBA–TCP em 2007, após o retorno da FSLN à Presidência), circunvalando os governos neoliberais da altura (MUHR, 2013). Seja o petróleo venezuelano, os médicos e os conselheiros de literacia cubanos, a criação de novos sistemas de transportes estatais, o transporte aéreo de doentes para que recebam tratamento gratuito em hospitais estatais cubanos e venezuelanos⁸, a estrutura de informação contra-hegemônica global teleSUR (<https://www.telesurtv.net>), ou a mobilidade de estudantes Sul–Sul Global não mercantilizada e promotora de reforma intelectual e moral transnacional (MUHR, 2011, p. 208; REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2019) – a desubalternização e a construção da sociedade organizada transnacional impulsionam a formação do bloco histórico.

A minha pesquisa etnográfica no Barrio Cruz Verde ilustra a dialética de organizar e de mobilizar o povo de uma forma que simultaneamente reconstitui ou ressignifica “lugar” (a sua identidade) por meio de interseção de relações, processos e forças locais e extralocais. O Barrio Cruz Verde tinha derivado a sua identidade dominante de uma história de privações, fragmentação e desorganização. A Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV), fundada em 2003 com a missão de universalizar a educação universitária providenciada gratuitamente pelo Estado para formar intelectuais orgânicos populares e apoiar a organização de base, assumiu um papel crucial na transformação deste lugar por meio de pesquisa-ação participativa. Como um exemplo de agência subalterna situada num lugar distinto, em 2006, o povo, incluindo os estudantes de Direito da UBV, apropriou-se de um edifício abandonado para estabelecer um centro de saúde comunitário, e, a partir daí, foram posteriormente formados vários Conselhos Comunitários nesse bairro. Em 2009, refletindo as crescentes conexões transnacionais entre lugares no espaço da ALBA–TCP, a equipe do centro de saúde era em parte constituída por médicos cubanos. A identidade de lugares como este e dos seus habitantes é, além disso, reconstruída à medida que atores da sociedade organizada local participam no espaço relacional da ALBA Movimentos. As relações sociais de solidariedade e de empoderamento, através de cuidados de saúde e de educação universalmente acessíveis, participação política e reconhecimento cultural, transformam identidades e também a subalternidade corporalmente inscrita (ver MUHR, 2011, p. 159–166; 2013).

CONCLUSÃO: SUL GLOBAL DO MUNDO – UNI-VOS!

A concepção de guerra de posição pluriescalar tem em conta as ambiguidades relativas ao uso de “nacional/internacional” de Gramsci quando ele analisa relações que, hoje em dia, são conceptualizadas como relações translocais, transregionais e transnacionais. Em vez de encarar a construção do bloco histórico sequencialmente, começando na escala nacional e depois se internacionalizar, como Gramsci parece sugerir (Q14§68; GRAMSCI, 2007a, p. 314), num mundo globalizado, os aparelhos do Estado, as sociedades nacionais e transnacionais e as instituições do regime de governança global passam a ser *simultaneamente* lugares, espaços e escalas estratégicas

na/da luta hegemônica. Isto não invalida a importância estratégica da escala nacional. Sem ter o governo e/ou o poder do Estado, sobretudo em Cuba e na Venezuela, que fundaram a ALBA–TCP em 2004, a ALBA–TCP/ALBA Movimentos nunca se teria materializado. Neste sentido, a ALBA Movimentos está de acordo com Gramsci ao insistir que o estabelecimento de articulações e coordenações nacionais (em territórios quer dos membros da ALBA–TCP, quer dos não membros) é uma pré-condição para participar na Coordenação Continental da ALBA Movimentos) (ALBA MOVIMIENTOS, 2022b, p. 10–11). A formação do bloco histórico, contudo, requer mais do que tomar o governo e o poder do Estado. A relevância da estratégia transnacional consiste precisamente nos processos contra-hegemônicos, nas relações, coisas (ideias, mercadorias) e pessoas que penetram em territórios governados por forças adversárias, colonialistas/imperialistas e apoiam estrategicamente lutas subalternas pelo governo/poder do Estado situadas em determinados lugares. Além disso, a tática da ALBA–TCP/ALBA Movimentos de se estender a lugares no núcleo imperialista, tal como a acima mencionada Cúpula dos Povos pela Democracia realizada nos EUA em 2022 (também, MUHR, 2013; 2021), é exemplar de construir ativamente o Sul Global por meio de unidade na diversidade. Ao identificar Gramsci como um *Sulista Global* e o reconciliar com o pensamento decolonial, o objetivo é imaginar um bloco histórico contra-hegemônico como um *bloco do Sul Global*.

A colonialidade do poder global constrange a ação contra-hegemônica (pelo menos) de duas formas. Tal como a experiência da ALBA–TCP/ALBA Movimentos sugere, os constrangimentos estruturais históricos poderão reforçar contradições internas existentes, como, por exemplo, entre as buscas simultâneas de justiça social e justiça etnoambiental, enfraquecendo a unidade entre diferentes grupos sociais subalternos (ANGOSTO-FERRÁNDEZ, 2021; BELL, 2017; LALANDER E LEMBKE, 2018). Contudo, mais importantemente, a matriz do poder colonial é reafirmada através de “guerra híbrida” da OTAN, desenvolvida a partir de anteriores estratégias como a de “contrainsurgência”, “guerra de baixa intensidade” e de “revolução colorida”. Isto combina campanhas de desinformação estratégicas com medidas econômicas, financeiras, legais e militares ilegais, incluindo medidas coercitivas unilaterais (sanções, embargos, confiscos), raptos (por ex., o do diplomata venezuelano Alex Saab), terrorismo paramilitar, golpes de Estado e ataques cibernéticos. Em isso, Estados imperialistas e atores da sociedade colaboram em uníssono, o que ressalta o poder analítico do conceito de Estado Integral de Gramsci. Quanto ao momento de coerção, Gramsci sublinhou os papéis decisivos dos bloqueios econômicos e militares em contra-arrestar revoluções socialistas (Q13§17; GRAMSCI, 1977b, p. 81, 303; 2007a, p. 43–44). Portanto, alianças militares, como a incipientemente instituída na ALBA–TCP (MUHR, 2012b), são imperativas. O elemento mais insidioso, no entanto, é a desinformação globalmente concertada pela mídia e a academia (intelectuais orgânicos) burguesas, comumente acusando os governos contra-hegemônicos de “autoritarismo” e “violações de direitos humanos” e, de fato, defendendo intervenção para uma “mudança de regime” imperialista-fascista. A desinformação visa colonizar as mentes das pessoas do Sul Global a fim de minar a solidariedade, promover a divisão e impedir a formação do bloco histórico, bem como sublinha a acima discutida indispensabilidade dos orgânicos intelectuais subalternos para autorrepresentação (ver BARAKA, 2021; GUEVARA, 2021; MACLEOD, 2018; PERRY E STERLING, 2021; SEFTON, 2022). Quanto a isso, a desconexão decolonial, que não deveria significar autarquia ou isolamento, envolve não só uma estrutura de informação contra-hegemônica, como a teleSUR, e organizações subalternas transnacionais, como a Aliança pela Justiça Global (<https://afgj.org/>) e a Internacional Progressista (<https://progressive.international/>), mas

também contestação dentro das instituições supranacionais da colonialidade global. Um exemplo dessas instituições é o Comitê Especial sobre Descolonização das Nações Unidas, em que todos os membros atuais da ALBA–TCP são ativos.⁹ Arriscando soar trivial, como a hegemonia “nunca é alcançada totalmente” (HALL, 1986, p. 25), concluo expandindo ligeiramente a leitura de Casarino (2010, p. 696) da “resposta do Sul” de Passolini à “questão meridional”: *Sul Global do Mundo – Univos!*

REFERÊNCIAS

ACANDA GONZÁLEZ, J. L. La recepción de Gramsci en Cuba. Em KANOUSI, D. (Org) **Gramsci en América**. México, D. F.: Plaza y Valdés, 2000, p. 109–128.

ALBA MOVIMIENTOS. **Es tiempo de Nuestra América**. Declaración III Asamblea Continental de ALBA Movimientos, 30 abr. 2022a. Disponível em: https://albamovimientos.net/wp-content/uploads/2022/05/Es_tiempo_de_Nuestra_América_Declaración_Final_III_Asamblea.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

ALBA MOVIMIENTOS. **Bases para la Unidad en Lucha de Nuestra América** (2ª ed), 2022b. Disponível em https://albamovimientos.net/wp-content/uploads/2022/04/Cartilla_ALBA_2022_Web.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

AMUSQUIVAR, É. L. Antonio Gramsci e a questão geopolítica: uma análise das categorias geográficas nos *Quaderni*. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 4, n. 5, p. 35–53, 2019.

AMUSQUIVAR, É. L. Gramsci na teoria de relaciones internacionais: uma análise dos conceitos. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 9, n. 14, p. 64–76, 2024.

ANGOSTO-FERRÁNDEZ, L. F. Democracy and development in Latin America. Em CRAWFORD, G.; ABDULAI, A.-G. (Orgs) **Research Handbook on Democracy and Development**. Cheltenham: Edward Elgar, 2021, p. 212–226

BARAKA, A. We can no longer avoid raising the contradiction of the Western imperial left’s collaboration with the Western bourgeoisie. **Black Agenda Report**, 01 set. 2021. Disponível em: <https://blackagendareport.com/we-can-no-longer-avoid-raising-contradiction-western-imperial-lefts-collaboration-western>. Acesso em: 02 set. 2024.

BECKER, M. **Mariátegui and Latin American Marxist Theory**. Athens, Ohio: Ohio University, 1993.

BELL, K. The dawn of environmental justice? Em HOLIFIELD, R.; CHAKRABORTY, J.; WALKER, G. (Orgs) **The Routledge Handbook of Environmental Justice**. London: Routledge, 2017, p. 543–555.

BERGER, T. The ‘Global South’ as a relational category – global hierarchies in the production of law and legal pluralism. **Third World Quarterly**, v. 42, n. 9, p. 2001–2017, 2021.

BRENNAN, T. Joining the party. **Postcolonial Studies**, v. 16, n. 1, p. 68–78, 2013.

BURGOS, R. O conceito de classe(s) subalterna(s) na trama conceitual da teoria Gramsciana da hegemonia: uma reflexão a partir da América Latina. Em BIANCHI, A.; MUSSI, D.; ARECO, S. (Orgs) **Antonio Gramsci – Filologia e Política**. Porto Alegre: Zouk, 2019, p. 191–229.

BURGOS, R. The Gramscian intervention in the theoretical and political production of the Latin American left. **Latin American Perspectives**, v. 29, n. 1, p. 9–37, 2002.

BURGOS, R. Uma escola latino-americana de hegemonia? Elementos para uma proposta interpretativa. **O Social em Questão**, v. 24, n. 51, p. 15–66, 2021.

CANNON, B. Class/race polarisation in Venezuela and the electoral success of Hugo Chávez. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 731–748, 2008.

CARROLL, W. K.; RATNER, R. S. Social movements and counter-hegemony: lessons from the field. **New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry**, v. 4, n. 1, p. 7–22, 2010.

CASARINO, C. The Southern answer: Pasolini, universalism, decolonization. **Critical Inquiry**, v. 36, n. 4, p. 673–696, 2010.

CASTILLO, J. S. Gramsci y Mariátegui. Em KANOUSI, D. (Org) **Gramsci en América**. México, D. F.: Plaza y Valdés, p. 171–183, 2000.

CHÁVEZ, H. Discurso de Hugo Chávez con motivo de la concentración Bolivariana Antiimperialista. **Prensa Presidencial/Aporrea**, 02 jun. 2007. Disponível em: <https://www.aporrea.org/tiburon/a35788.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

CIAVOLELLA, R. The changing meanings of people’s politics: Gramsci and anthropology from subaltern classes to contemporary struggles. Em ANTONINI, F.; BERNSTEIN, A.; FUSARO, L.; JACKSON, R. (Orgs) **Revisiting Gramsci’s Notebooks**. Leiden: Brill, 2020, p. 266–282.

CONELLI, C. Back to the South: Revisiting Gramsci’s *Southern Question* in the light of subaltern studies. Em ANTONINI, F.; BERNSTEIN, A.; FUSARO, L.; JACKSON, R. (Orgs) **Revisiting Gramsci’s Notebooks**. Leiden: Brill, 2020, p. 233–247.

COUTINHO, C. N. El concepto de sociedad civil en Gramsci y la lucha ideológica en el Brasil de hoy. Em KANOUSI, D. (Org) **Gramsci en América**. México, D. F.: Plaza y Valdés, 2000, p. 17–46.

COUTINHO, C. N. A Presença de Gramsci no Brasil. **Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade Contemporânea**, n. 22, p. 37–44, 2009.

CUPPI, V. The diffusion of Gramsci's thought in the 'peripheral West' of Latin America. Em ANTONINI, F.; BERNSTEIN, A.; FUSARO, L.; JACKSON, R. (Orgs) **Revisiting Gramsci's Notebooks**. Leiden: Brill, 2020, p. 412–429.

DAL MASO, J. Gramsci's three moments of hegemony. **Ideas de Izquierda/Left Voice**, 03 ago. 2016. Disponível em: <https://www.leftvoice.org/gramsci-s-three-moments-of-hegemony/>. Acesso em: 02 set. 2024.

EGAN, D. Gramsci's war of position as siege warfare: some lessons from history. **Critique**, v. 44, n. 4, p. 435–450, 2016.

EKERS, M.; LOFTUS, A. Gramsci: Space, nature, politics. Em EKERS, M.; HART, G.; KIPFER, S.; LOFTUS, A. (Orgs) **Gramsci: Space, Nature, Politics**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013, p. 15–43.

FEATHERSTONE, D. 'Gramsci in action': space, politics, and the making of solidarities. Em EKERS, M.; HART, G.; KIPFER, S.; LOFTUS, A. (Orgs) **Gramsci: Space, Nature, Politics**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013, p. 65–82.

FREELAND, A. Subalternity and the national-popular: a brief genealogy of the concepts. Em ANTONINI, F.; BERNSTEIN, A.; FUSARO, L.; JACKSON, R. (Orgs) **Revisiting Gramsci's Notebooks**. Leiden: Brill, 2020, p. 195–208.

FRIGGERI, F. P. Mariátegui and the search for the Latin American proletariat. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 4, p. 45–61, 2022.

GALASTRI, L. Social classes and subaltern groups: theoretical distinction and political application. **Capital & Class**, v. 42, n. 1, p. 43–62, 2018.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1977a.

GRAMSCI, A. **Selections from Political Writings (1910–1920)**. London: Lawrence & Wishart, 1977b.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, vol. IV. Lisboa: Seara Nova, 1978a.

GRAMSCI, A. **Selections from Political Writings (1921–1926)**. London: Lawrence & Wishart, 1978b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- GRAMSCI, A. (2004). A Situação italiana e as tarefas do PCI – Teses de Lyon. **Revista De Ciências Sociais**, v. 35, n. 2, p. 10–33, 2004.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- GREEN, M. E. Rethinking the subaltern and the question of censorship in Gramsci's *prison notebooks*. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 4, p. 387–404, 2011.
- GREEN, M. E. On the postcolonial image of Gramsci. **Postcolonial Studies**, v. 16, n. 1, p. 90–101, 2013.
- GROSGOUEL, R. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 211–223, 2007.
- GUEVARA, R. S. **US-Funded NGOs and the Attempted Coup D'état in Nicaragua**. Managua: Foro Nicaragüense de Cultura, 2021.
- HALL, S. Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity. **Journal of Communication Inquiry**, v. 10, n. 5, p. 5–27, 1986.
- HALL, S. The west and the rest: discourse and power. Em Hall, S. **Essential Essays**, vol 2, Identity and Diaspora. Durham: Duke University Press, 2019[1992], p. 141–184.
- IVES, P.; SHORT, N. On Gramsci and the international: a textual analysis. **Review of International Studies**, v. 39, n. 3, p. 621–642, 2013.
- JESSOP, B. **State Power**. Cambridge: Polity, 2008.
- JUDY, R. A. Gramsci on *la questione dei negri*. Em DAINOTTO, R.; JAMESON, F. (Orgs) **Gramsci in the World**. Durham: Duke University Press, 2020, p. 165–178.
- KIPFER, S.; HART, G. Translating Gramsci in the current conjuncture. Em EKERS, M.; HART, G.; KIPFER, S.; LOFTUS, A. (Orgs) **Gramsci: Space, Nature, Politics**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013, p. 323–343.
- KOMLOSY, A. Entanglements of catching-up: rethinking 'industrial revolution' from a global perspective. Em GRININ, L. E.; KOROTAYEV, A. V. (Orgs) **Kondratieff Waves: Historical and Theoretical Aspects**. Volgograd: Uchitel Publishing, 2021, p. 10–58.
- KUMARAVADIVELU, B. The decolonial option in English teaching: can the subaltern act? **TESOL Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 66–85, 2016.

LALANDER, R.; LEMBKE, M. The Andean Catch-22: ethnicity, class and resource governance in Bolivia and Ecuador. **Globalizations**, v. 15, n. 5, p. 636–654, 2018.

LOFTUS, A. Gramsci as a historical geographical materialist. Em ANTONINI, F.; BERNSTEIN, A.; FUSARO, L.; JACKSON, R. (Orgs) **Revisiting Gramsci's Notebooks**. Leiden: Brill, 2020, p. 9–22.

MACLEOD, A. **Bad News from Venezuela**. London: Routledge, 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Thinking through the decolonial turn: post-continental interventions in theory, philosophy, and critique – an introduction. **Transmodernity**, v. 1, n. 2, p. 1–15, 2011.

MASSARDO, J. La recepción de Gramsci en América Latina: cuestiones de orden teórico y político. **International Gramsci Society Newsletter**, 9 (electronic supplement 3), Março 1999. Disponível em http://www.internationalgramscisociety.org/igsn/articles/a09_s3.shtml. Acesso em: 01 set. 2024.

MAYO, P. Gramsci and the politics of education. **Capital & Class**, v. 38, n. 2, p. 385–398, 2014.

MIGNOLO, W. D. Delinking. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p. 449–514, 2007.

MIGNOLO, W. D. Coloniality and globalization: a decolonial take. **Globalizations**, v. 18, n. 5, p. 720–737, 2021.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci. Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. London: Pluto, 2007.

MUHR, T. **Venezuela and the ALBA: Counter-hegemony, Geographies of Integration and Development, and Higher Education for All**. Saarbrücken: VDM, 2011.

MUHR, T. The politics of space in the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America–Peoples' Trade Agreement (ALBA–TCP): transnationalism, the organized society, and counter-hegemonic governance. **Globalizations**, v. 9, n. 6, p. 767–782, 2012a.

MUHR, T. Bolivarian globalization? The new left's struggle in Latin America and the Caribbean to negotiate a revolutionary approach to humanitarian militarism and international intervention. **Globalizations**, v. 9, n. 1, p. 145–159, 2012b.

MUHR, T. **Counter-globalization and Socialism in the 21st Century: The Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America**. London: Routledge, 2013.

MUHR, T. 'Beyond BRICS: ten theses on South-South cooperation in the twenty-first century. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 630–648, 2016a.

MUHR, T. South-South development cooperation and the socio-spatial reconfiguration of Latin America-Caribbean regionalisms: university education in the Brazil-Venezuela ‘Special Border Regime’. Em ROBERTSON, S.L.; OLDS, K.; DALE, R.; DANG, Q.A. (Orgs) **Global Regionalisms and Higher Education: Projects, Processes, Politics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2016b, p. 253–271.

MUHR, T. Counter-hegemonic strategy from the Global South: a pluri-scalar war of position. **Socialism and Democracy**, v. 35, n. 2–3, p. 214–240, 2021.

MUHR, T. Reclaiming the politics of South-South cooperation. **Globalizations**, v. 20, n. 3, p. 347–364, 2023.

MUNCK, R. José Carlos Mariátegui and twenty-first-century socialism. **Latin American Perspectives**, v. 49, n. 4, p. 13–30, 2022.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. **Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization**. London: Routledge, 2018.

NORTON, B. In neocolonial rant, EU says Europe is ‘garden’ superior to rest of world’s barbaric ‘jungle’. **MRonline**, 19 out. 2022. Disponível em <https://mronline.org/2022/10/19/in-neocolonial-rant-eu-says-europe-is-garden-superior-to-rest-of-worlds-barbaric-jungle/>. Acesso em: 01 set. 2024.

ORTEGA, D. Daniel instala el CONPES. Intervención de Daniel en reunión con el Consejo Nacional de Planificación Económica y Social, CONPES, presentando el Plan Nacional de Desarrollo Humano. **La Voz del Sandinismo**, 15 out. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/90868857/Ortega_Daniel_2008_Daniel_instala_el_CONPES_Intervención_de_Daniel_en_Reunión_con_el_CONPES_Speech_by_Daniel_in_the_Meeting_with_CONPES_. Acesso em: 01 set. 2024.

PERRY, J.; STERLING, R. How can some progressives get basic information about Nicaragua so wrong? **LA Progressive**, 20 dez. 2021. Disponível em <https://www.laprogressive.com/latin-america-2/slandered-election>. Acesso em: 01 set. 2024.

PEREIRA, T. J. R. A recepção dos estudos subalternos no Brasil: como o sujeito subalterno é definido nos debates. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 8, n. 12, p. 162–177, 2023.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. **Nepantla**, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2–3, p. 168–178, 2007.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Venezuela: Potencia Universitária**. Caracas: MINCI, 2019.

ROSENTHAL, O. E. Academic colonialism and marginalization: on the contentious postcolonial-decolonial debate in Latin American Studies. **Postcolonial Studies**, v. 25, n. 1, p. 17–34, 2022.

SEFTON, S. Nicaragua in Latin America – the invisible and the reality. **Tortilla con Sal**, 23 out. 2022. Disponível em: <https://www.tortillaconsal.com/bitacora/node/724>. Acesso em: 01 set. 2024.

SILVA, J. J. L.; LIMA, T. C. S.; MARQUE, E. A. B. Filosofia da práxis, pós-colonialismos e Serviço Social no estudo da América Latina. **O Social em Questão**, v. 24, n. 51, p. 187–212, 2021.

SLATER, D. **Geopolitics and the Post-colonial**. Chichester: Blackwell, 2004.

THE BETTER NEWS. El Pueblo Unido: this song accompanies the protests in Chile, 30 out. 2019. Disponível em: <https://scoop.me/el-pueblo-unido-this-song-accompanies-the-protests-in-chile/>. Acesso em: 03 set. 2024.

THOMAS, P. D. We good subalterns. Em ANTONINI, F.; BERNSTEIN, A.; FUSARO, L.; JACKSON, R. (Orgs) **Revisiting Gramsci's Notebooks**. Leiden: Brill, 2020, p. 177–194.

YOUNG, R. J. C. Il Gramsci meridionale. Em SRIVASTAVA, N.; BHATTACHARYA, B. (Orgs) **The Postcolonial Gramsci**. London: Routledge, 2012.

NOTAS

* Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de: MUHR, T. Gramsci and hegemonic struggle in a globalised world. Em: CARROLL, W. K. (Org) *The Elgar Companion to Antonio Gramsci*. Cheltenham: Edward Elgar, 2024, p. 406–426. <https://doi.org/10.4337/9781802208603.00034>. Tradução de Susana Melo e revisão técnica da tradução de Thomas Muhr. Na citação de fontes, o artigo usa sempre que possíveis publicações oficiais em português da obra de Gramsci. Faculta também traduções próprias de fontes originalmente publicadas em inglês e castelhano.

1. Investigador Principal no Centro de Estudos Internacionais (CEI), Iscte–Instituto Universitário de Lisboa (Iscte–IUL), Lisboa, Portugal. thomas.muhr@iscte-iul.pt. <https://orcid.org/0000-0002-8130-0405>

2. O termo “Nossa América” (*Nuestra América*) é do combatente de libertação cubano José Martí e simboliza um sistema de valores e identidade pan-americano-caribenho para a unidade transcontinental. É usado como sinónimo de *Abya Yala*, “que na língua do povo Kuna significa ‘terra madura’, ‘terra vivente’ ou ‘terra florida’, foi usado como autodesignação pelos povos do continente, em contraposição ao termo [eurocolonial] ‘América’... para constituir um sentido de unidade e pertencimento” (BURGOS, 2021, n14).

3. Ver <https://peoplesummit2022.org/> (acesso em: 03 set. 2024) para consultar a documentação e os movimentos/organizações participantes.

4. Sobre a estrutura original, institucionalização e operacionalização da ALBA–TCP, ver Muhr (2013). Sobre a construção transnacional, ver Muhr (2012a; 2013; 2021). Sobre a ALBA–TCP/ALBA Movimentos em geral, ver as respectivas fontes referenciadas ao longo deste artigo e <https://www.albatcp.org/>; <https://bancodelalba.org/en/home>; <https://albamovimientos.net/>. Acesso em: 03 set. 2024.

5. O mito de “desenvolvimento” e “civilização” da Europa (ocidental) serem supostamente o produto de ingenuidade interna e excecionalidade, desligados de exploração colonial e, subsequentemente difundidos pelo “resto” não ocidental (HALL, 2019[1992]; KOMLOSY, 2021).

6. A corrente Estudos Subalternos teve sua origem no contexto pós-colonial da Índia e, nos anos 1990, inspirou um grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos que durou pouco tempo e cujas divergências teóricas internas formam a base a partir da qual o projeto A Nossa América Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade evoluiu (GROSFOGUEL, 2007; PEREIRA, 2023; ROSENTHAL, 2022). Quanto a *subalternidade*, Burgos (2019, n2) considera que os Estudos Decoloniais (em

contraste com os Estudos Subalternos) “carrega ainda o alento do conceito gramsciano”.

7. No entanto, especialmente nos textos que escreveu mais tarde, Gramsci por vezes colocou determinados termos entre aspas, indicando que eles poderiam ser problemáticos (por ex., “populações ‘bárbaras’”; Q15§5; GRAMSCI, 2007b, p. 320).

8. Ver <http://www.conviasa.aero/es/nosotros/misionmilagro>. Acesso em: 03 set. 2024.

9. Ver <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/c24/about>. Acesso em: 03 set. 2024.